Departamento de Justiça

Gabinete de Assuntos Públicos

PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA

Quarta-feira, 9 de ABRIL de 2014

O DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA E O JUDICIÁRIO DE NOVA JÉRSIA COLABORAM PARA ASSEGURAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA LINGUÍSTICA NOS TRIBUNAIS

O Departamento de Justiça anunciou hoje que chegou a um acordo com o Judiciário de Nova Jérсия para proporcionar serviços abrangentes de assistência linguística a pessoas com proficiência limitada em inglês (LEP, sigla em inglês). Numa carta de acordo datada de 7 de abril de 2014, o departamento informou o Judiciário de Nova Jérсия que estava a terminar a sua análise, que tinha sido aberta em resposta a queixas de utilizadores dos tribunais relativas ao facto de que os tribunais de dois condados de Nova Jérсия não se encontrarem totalmente acessíveis a indivíduos LEP. O departamento abriu o seu inquérito nos termos do Título VI da Lei de Direitos Civis de 1964, o qual proíbe a discriminação baseada em nacionalidade por beneficiários de assistência federal e obriga a que esses beneficiários proporcionem verdadeiro acesso para indivíduos LEP.

A carta de resolução entre o departamento e o Judiciário de Nova Jérсия enuncia as ações e iniciativas que o Judiciário de Nova Jérсия já implementou para dar resposta às preocupações levantadas durante a análise federal e os esforços que irão empregar para assegurar a disponibilização contínua de assistência linguística abrangente em todo o sistema judicial. As iniciativas incluem, entre outras, serviços de interpretação para os litigantes, sinalética multilingue nos tribunais, serviços para prestar assistência a pessoas LEP na realização de negócios, tais como quiosques de autoajuda bilingues e vídeos tutoriais, a tradução de mais de 340 formulários e brochuras em todo o estado destinados a efeitos de auto-representação, avisos traduzidos, tradução à vista em assuntos urgentes e iminentes e o anúncio dos referidos serviços em publicações amplamente lidas na comunidade latina local. O Judiciário de Nova Jérсия está igualmente a realizar em todo o estado análises relativas ao acesso aos tribunais e aos serviços de interpretação disponíveis nas celas de detenção a fim de assegurar que todos os indivíduos LEP têm verdadeiro acesso aos tribunais.

“O Judiciário de Nova Jérсия tem sido um líder no campo de políticas de interpretação já há muitos anos, e louvamos o Juiz Presidente Stuart Rabner, o Diretor Administrativo Interino Juiz Glen Grant, o pessoal do Judiciário de Nova Jérсия e as partes interessadas que trabalharam para assegurar que o estado é também um líder no acesso em geral aos tribunais”, afirmou a Assistente Interina do Procurador-Geral Jocelyn Samuels da Divisão de Direitos Civis. “Enaltecemos em particular os esforços dos líderes judiciais aos níveis estatal e local em comunicar com as partes interessadas LEP e os seus representantes para dar resposta a estes desafios.”

A queixa foi resolvida como parte da iniciativa da Secção Federal de Coordenação e Conformidade (FCS, sigla em inglês) ([sítio da Internet](#) em inglês) da Divisão dos Direitos Civis,

a fim de assegurar que os tribunais estatais cumprem os requisitos de acesso linguístico do Título VI. A FCS presta assistência técnica e orientação quanto às políticas a sistemas judiciais estatais através de tais ferramentas como a recém-divulgada Ferramenta de Apoio e Planejamento de Acesso Linguístico ([sítio da Internet](#) em inglês), e assume a implementação de medidas em todo o país.

O assunto de Nova Jérсия foi tratado pela procuradora Ndidi Moses com assistência da Assessora Jurídica Especial Christine Stoneman.

Para mais informações sobre o Título VI e a Lei de Segurança nas Ruas, ou para obter cópias de documentos relacionados com este assunto, por favor, consulte o sítio da internet [LEP](#) (em inglês). Estará disponível em breve uma tradução em espanhol do presente comunicado no sítio [Justice en Español](#).